Casa com esgoto em margem de rio não precisa ser demolida

Imóvel localizado em área de preservação permanente há mais de 30 anos, mas servido por rede de esgoto, energia elétrica, água potável e ruas pavimentadas, não pode ser demolido apenas para satisfazer a legislação ambiental. Foi o que decidiu a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao [manter sentença](#) que negou a derrubada de uma casa construída nos anos 1970 às margens do rio Paraná, considerada área de preservação permanente (APP).

Os desembargadores aplicaram ao caso o princípio da proporcionalidade, já que a área onde se localiza o imóvel está inserida num contexto de infraestrutura urbana consolidada. Assim, entenderam que a melhor solução não seria a demolição da casa, mas sua inclusão num processo de regularização que promova a harmonia com o meio ambiente.

De acordo com o Ministério Público Federal e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autores da ação de desocupação da área, a construção não obedece a normas ambientais, pois está muito próxima da margem do rio (cerca de 10 metros de distância).

O pedido de demolição do imóvel, cumulado com a obrigação de fazer um projeto de recuperação da área, foi julgado improcedente pela 2ª Vara Federal de Umuarama (PR). Ambos, então, apelaram ao TRF-4, alegando que o local merece proteção integral. Também sustentam que a casa impede o crescimento e a regeneração vegetal do ambiente.

O relator do caso na 4ª turma, desembargador Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, julgou improcedente o recurso, sustentando que, por mais que esteja construída em uma APP, a localidade de Porto Figueira é uma área urbana consolidada e que seu povoamento foi estimulado pelo município.

O relator observou que o réu, em seu depoimento, admitiu possuir o imóvel desde aproximadamente 1975 e que, antes, já existia um ‘ranchão de pau a pique’ no local. Assim, não se trata de uma nova construção. Além disso, finalizou, o MPF ajuizou outras ações semelhantes contra responsáveis por construções em condições bastante similares naquela mesma localidade e que foram consideradas improcedentes. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TRF-4.*

Clique [aqui](#) para ler o acórdão.

Date Created

27/04/2017